

A RELAÇÃO ENTRE OS NOMES E AS COISAS:
REFLEXÕES GREGAS E SAUSSURIANAS

THE RELATION BETWEEN THE NAMES AND THE THINGS:
GREEK AND SAUSSURE REFLECTIONS

Denilson Pereira de Matos
Universidade Federal da Paraíba
denilson@cchla.ufpb.br

Amanda de Souza Brito
Universidade Federal da Paraíba
amandabmf@gmail.com

RESUMO:

Este trabalho destaca a relação entre os nomes e as coisas por eles designadas, objetivando apresentar os estudos que abordaram a questão desde a antiguidade grega até o início do século XX. Ressaltamos as perspectivas grega e saussuriana, propondo relações de semelhança e/ou diferença entre elas. As ideias gregas aparecem sob a ótica dos estudos de Platão, Aristóteles e dos sofistas que lhes faziam oposição. Na visão saussuriana, apontamos a arbitrariedade do signo linguístico contrária às relações naturais entre os nomes e as coisas.

PALAVRAS-CHAVE: Relação. Platão. Sofistas. Aristóteles. Arbitrariedade.

ABSTRACT:

This work highlights the relation between the names and the things designed by them, aiming to present the studies that approached the question since the Greek antiquity until the beginning of the 20th century. We highlight the Greek and Saussure perspectives, proposing relations of similarity and/or difference between them. The Greek ideas emerge under the perspective of the studies of Platão, Aristóteles and of the Sophists who made opposition to him. In the Saussure perspective, we point out the arbitrariness of the linguistic sign against the natural relations between the names and the things.

KEY-WORDS: Relation. Platão. Sophists. Aristóteles. Arbitrariness.

Introdução

Ao tratar dos primórdios dos estudos linguísticos, Câmara (1975) salienta que embora a linguagem não seja um fenômeno biológico, mas uma criação social baseada em questões biológicas, o falar tornou-se tão mecânico e autoevidente que parecia não caber um estudo analítico da linguagem. Com o advento da escrita, esta situação foi modificada e os homens passaram a perceber a existência de formas linguísticas no processo de reduzir os sons da fala à escrita. Então, surgem vários tipos de estudos sobre a linguagem e, dentre estes, encontramos o que Câmara (1975) chamou de *Estudo Lógico*, uma perspectiva híbrida que interligava a Filosofia e a Linguística.

Na interseção entre as ciências citadas, surgiram questões que repercutem na linguística até a contemporaneidade. O presente estudo destaca especificamente aquela ligada à discussão da relação entre os nomes e as coisas por eles designadas com o objetivo de apresentar os principais estudos relativos a esta questão até o início do século XX, a partir do que visamos a contribuir com os estudos relativos ao tema.

A questão parece simples, bem como pode parecer simples, diante do nível de informações que temos atualmente, pensar que em algum momento as pessoas se preocuparam em problematizar a razão de cadeia chamar-se cadeia, por exemplo.

Entretanto, nos primórdios dos estudos linguísticos e até os primeiros anos do século passado, a questão foi abordada a partir de diversos pontos de vista. Diante disso, cabe colocar como problemática deste trabalho a seguinte questão: Como os estudos iniciais da linguagem e os estudos propriamente linguísticos abordaram a temática da relação entre os nomes e as coisas por eles designadas, na qual está diluída a questão mais ampla da relação entre a linguagem e o mundo? Além disso, que estudos se destacam na proposição de soluções para este problema?

Visando ao objetivo de apresentar os principais estudos que trataram do tema aqui ressaltado no período especificado, bem como a respostas às questões colocadas, abordamos a visão dos gregos, por meio da apresentação dos pontos de vista dos sofistas e de Sócrates, pela voz de Platão, no diálogo *Crátilo*, delineando o particular convencionalismo dos primeiros, e o vínculo natural entre nome e coisa, defendido pelo segundo. Ainda sob perspectiva grega, abordamos o mentalismo aristotélico, destacando seu ponto de vista triádico sobre a relação linguagem e mundo.

A fim de mostrar os diferentes estudos que retomaram o assunto discutido

no diálogo referido, adentramos a uma das grandes tendências dos estudos linguísticos, a saber, o Formalismo, destacando nela a arbitrariedade do signo linguístico, segundo a formulação saussuriana no *Curso de Linguística Geral*. Após a apresentação da perspectiva formalista, discutimos brevemente seus pontos de convergência e/ou divergência em relação aos estudos gregos citados.

A escolha da temática se justifica e adquire relevância por tratar-se de um dos primeiros interesses dos estudos iniciais da linguagem na Grécia. Já a escolha da perspectiva teórica que a retomou se justifica pela intenção de apresentar ao leitor os diferentes modos pelos quais a questão da relação entre nome e coisa foi tratada, desde algumas de suas primeiras menções na antiguidade grega, até o surgimento das idéias saussurianas e estruturalistas. A apresentação do ponto de vista filosófico se dá porque a principal abordagem ao estudo da linguagem na Grécia ocorreu através da filosofia¹, de maneira que se deu origem ao estudo híbrido acima citado, no âmbito do período de estudos que Câmara (1975) denominou paralinguístico. Os pensamentos de Platão e Aristóteles sobre a linguagem são destacados aqui por serem eles os mais relevantes estudiosos paralinguísticos.

No diálogo *Crátilo*, pelo qual optamos por ser o principal trabalho de Platão sobre a linguagem, podemos observar, além das ideias do autor, o ponto de vista dos sofistas ao qual nos ativemos por ser um panorama oposto ao platônico e por ser um embrião de novas percepções linguísticas. Aristóteles, que em muito partilha o que foi colocado por Platão, acrescentando-lhe proposições mentalistas e recusando a Doutrina das Formas, junto com o primeiro filósofo constitui o movimento intelectual que foi inaugurado na Grécia e que foi convertido em perspectiva hegemônica no pensamento ocidental, como explica Martins (2004). Diante disso, geralmente, as colocações dos sofistas acabam aparecendo apenas segundo o ponto de vista hegemônico.

A abordagem da arbitrariedade do signo é justificável, primeiramente, por exemplificar um parâmetro de uma grande tendência do pensamento linguístico, o Formalismo. Depois, pela importância da teoria da qual é constituinte.

1 Como escolhemos enfatizar nas relações entre Filosofia e Linguística apenas os estudos gregos iniciais, preterimos teorias relevantes no final do século XIX e no século XX, como as de Gottlob Frege ou mesmo as de Bertrand Russell, segundo destaca Miguens (2007). Certamente, as considerações destes estudiosos são muito relevantes para a questão dos nomes e das coisas nomeadas. Porém, segundo o motivo inicialmente especificado nesta nota, não trataremos a temática escolhida sob os parâmetros destes filósofos.

O estudo saussuriano, ao qual pertence o princípio da arbitrariedade, fundou a ciência linguística, propondo-lhe objeto e método através de sistematizações não observadas em estudos anteriores que, embora férteis precursores do que seria feito pelo linguista genebrino, não conseguiram a sistematização necessária à ciência que se configurava, assim como indicam Matos e Brito (2010) quando tratam da construção do pensamento saussuriano.

Quanto à metodologia utilizada na presente exposição, podemos dizer que se trata de uma pesquisa bibliográfica, isto é, busca a problematização de um tema a partir das fontes bibliográficas publicadas, segundo explica Medeiros (2007). Assim, nossa exposição e reflexão baseiam-se nas leituras realizadas.

Para embasar os apontamentos que serão desenvolvidos a seguir, utilizamos principalmente os aportes teóricos de Aurox (1998), Câmara (1975), Costa (2009), Martelotta (2009), Martins (2004), Platão (2001) e Saussure (2006).

O texto que se segue está organizado em dois tópicos desenvolvidos em três e dois subtópicos, respectivamente. No primeiro tópico, perscrutando a relação entre o nome e a coisa nomeada, nos detivemos primeiramente às interseções entre filosofia e linguística. Para isso, consideramos o diálogo platônico, *Crátilo*, relativo à justeza dos nomes, enfatizando o realismo platônico e o pragmatismo sofisticado. No mesmo tópico, continuando a tratar dos estudos gregos sobre a linguagem, abordamos o mentalismo aristotélico que transcende o pensamento platônico. Em seguida, no segundo tópico, nos reportamos brevemente à natureza do signo linguístico, para então adentrarmos a arbitrariedade do signo. Seguindo a ordem proposta, falemos sobre o diálogo platônico.

1. Os primeiros estudos da linguagem na Grécia: a justeza dos nomes no *Crátilo* e a tríade aristotélica

1.1. O oráculo de Crátilo

Câmara (1975) divide a história da linguística em três períodos: o pré-linguístico, o paralinguístico e a linguística propriamente dita. O primeiro compreende *O Estudo do Certo e Errado*, *O Estudo da Língua Estrangeira* e o *Estudo Filológico da Linguagem*. Já no terceiro período citado, nos deparamos com os estudos linguísticos propriamente ditos: o *Estudo Histórico da Linguagem* e o *Estudo Descritivo da Linguagem*. Foi o linguista suíço Ferdinand de Saussure quem cuidou em oferecer aos estudos linguísticos a sistematização necessária à abordagem descritiva, estabelecendo, de fato, o *Estudo Descritivo* que junto com o *Estudo Histórico* compõem o âmago da ciência linguística.

Colocados estes dois períodos ressaltados por Câmara (1975), trataremos a seguir daquele que o autor colocou entre os citados acima: o período paralinguístico, que interessa a este trabalho por entrelaçar filosofia e linguística em suas análises. Os estudos presentes neste período são o *biológico* e o *lógico*. O primeiro propõe que mesmo sendo a linguagem algo da cultura, depende de aspectos biológicos do corpo humano, constituindo-se, portanto, como uma criação social baseada em uma predisposição biológica. Assim, são analisadas as características biológicas que permitem a utilização da linguagem pelo homem. Para o estudo *Lógico* devemos considerar que o pensamento filosófico se processa por meio da expressão linguística, de modo que suas sutilezas levam a um intenso estudo da linguagem. Daí o entrelaçamento entre filosofia e linguística, segundo corroboram Matos, Brito e Vanderlei (2012) ao tratarem das principais correntes de delimitação do objeto de estudo da Filosofia da Linguagem, Por sua vez, Câmara (1975) explica abaixo o surgimento do estudo *lógico*:

A necessidade de tornar a linguagem um instrumento eficaz para o pensamento filosófico e de disciplinar o pensamento através do disciplinamento da linguagem dá lugar a um tipo de estudo híbrido, filosófico e linguístico ao mesmo tempo, a que os gregos chamaram de *lógica* (CÂMARA, 1975, p. 18).

Assim, é através da filosofia, segundo explica Câmara (1975), que se dá a principal abordagem ao estudo da linguagem na Grécia. Embora se destaquem nestes estudos Heráclito, Parmênides, Demócrito e Epicuro, os mais relevantes estudiosos da linguagem na Grécia foram Platão e Aristóteles, sendo o primeiro o autor do diálogo *Crátilo*, sua principal obra no campo da linguagem.

Os envolvidos no diálogo são Crátilo, Hermógenes e Sócrates. Crátilo é um filósofo da linha de Heráclito, enquanto Hermógenes está voltado para as reflexões de Demócrito e seus seguidores. Sócrates, por sua vez, pela voz de Platão, se identifica com as proposições de Heráclito. A grande discussão em torno da qual eles formularam seus argumentos foi a relação entre a língua e as coisas por ela designadas.

Heráclito, bem como Crátilo e Sócrates, propunha que a palavra é a imagem exata do mundo. Hermógenes, por seu turno, no início do diálogo, partilha o ponto de vista dos sofistas que, baseados nas ideias de Parmênides que “viu, na multiplicidade das palavras, um produto da imaginação humana disfarçando a realidade aos homens” (CÂMARA, 1975, p.24), negaram a capacidade da linguagem de refletir a realidade. Diante disso, podemos dizer que, em suma,

discutiu-se no *Crátilo* se “a linguagem é imposta aos homens por uma necessidade da natureza [...] ou se origina do poder de julgamento dos homens [...]” (CÂMARA, 1975, p.24).

Tais pontos de vista aparecem já no início do diálogo quando Hermógenes decide comunicar a Sócrates o assunto da sua conversa com Crátilo.

Sócrates, o nosso Crátilo sustenta que cada coisa tem por natureza um nome apropriado e que não se trata da denominação que alguns homens convencionaram dar-lhes, com designá-las por determinadas vozes de sua língua, mas que, por natureza, têm sentido certo, sempre o mesmo, tanto entre os helenos como entre os bárbaros em geral (Platão, *Crátilo*, 383ab).

Na citação acima, Hermógenes informa a Sócrates o ponto de vista de Crátilo referente à existência de uma relação natural entre os nomes e as coisas, em detrimento da teoria que defende que a linguagem é produto de uma convenção ou, como citou Câmara (1975), produto do julgamento dos homens. Continuando a explicar o que lhe foi exposto por Crátilo, diz que ao interrogá-lo a respeito de o nome aplicado a cada homem ser apropriado para o mesmo, descobre que o procedimento de aplicação dos nomes defendido pelo amigo não se aplica a ele. Assim, Crátilo afirma que Hermógenes não é seu verdadeiro nome. Segundo Hermógenes, Crátilo age como se mediante sua explicação, forçosamente, fosse necessário concordar com o que ele fala. Parecendo que Crátilo esconde alguma coisa da qual tem conhecimento, Hermógenes pede a ajuda de Sócrates para resolver o que chamou de oráculo de Crátilo.

Sócrates ressalta a importância da discussão sobre o conhecimento dos nomes e, embora declare não estar em condições de conhecer a questão, se dispõe à investigação do assunto. O filósofo começa então a construir a sua argumentação fazendo uma série de perguntas a Hermógenes, adepto da convenção. Primeiramente, pergunta se é possível mudar a denominação de algo.

- Como! Se eu dou nome a uma coisa qualquer, digamos, se, ao que hoje chamamos homem, eu der o nome de cavalo, a mesma coisa passará a ser denominada homem por todos, e cavalo por mim, particularmente, e, na outra hipótese, homem apenas para mim, e cavalo para todos os outros? Foi isso o que disseste? (Platão, *Crátilo*, 385a).

Respondendo positivamente às perguntas de Sócrates, Hermógenes admite a possibilidade de a relação entre o nome e a coisa ser determinada pelo

que parece a um homem ou pelo que este decide em particular. Continuando a construção de seu raciocínio, Sócrates primeiro interroga seu interlocutor sobre a possibilidade de se dizer a verdade ou mentir. Com a admissão de Hermógenes de tal possibilidade, o filósofo diz que uma proposição que se refere às coisas como elas são é verdadeira, sendo falsa aquela que se inclina para o que as coisas não são. Logo, a palavra pode expressar o que é e o que não é. Isto posto, tece algumas considerações sobre a proposição verdadeira, entendendo que é verdadeira no todo e em suas partes, sejam estas grandes ou pequenas. Em tal discussão sobre os constituintes, Sócrates pergunta se o nome é a menor parte da proposição e, a isto, Hermógenes responde positivamente. Contudo, este ponto de vista não é desenvolvido nesta ocasião. Será largamente retomado em outro momento do diálogo, dando vazão a uma discussão etimológica sobre a justaposição de elementos no vocábulo, como salienta Câmara (1975).

Continuando seu processo argumentativo, o filósofo conclui, junto com Hermógenes, que assim como uma proposição verdadeira o é no todo e em suas partes, a parte de uma proposição falsa será falsa, assim como a sua totalidade, sendo, portanto, falsos as partes e o todo. Apreende-se, então, a existência de nomes falsos e verdadeiros, já que há proposições de ambos os tipos. Neste ponto do diálogo, Hermógenes concorda com Sócrates quanto ao fato de o nome ser a menor parte da proposição.

Das informações mais específicas sobre o nome, Sócrates volta à relação entre nome e coisa, afirmando que o nome pelo qual todos designam um objeto é próprio para ele. Porém, continua a indagar a Hermógenes quanto à possibilidade de um ser em particular modificar a língua, perguntando se um objeto terá quantos nomes alguém disser que ele tem e pelo tempo que o fizer. Quando Hermógenes enfatiza que é esta a sua opinião e a defende com o argumento de que os nomes variam em povos diferentes, vemos na resposta de Sócrates uma referência mais concreta ao pensamento sofisticado presente, desde o início do diálogo, nas primeiras afirmações de Hermógenes a respeito da relação entre nomes e coisas ser convencionalizada pelo crivo humano particular. Vejamos então o que disse Sócrates:

-Então, vejamos agora, Hermógenes, se és também de parecer que com os seres se dá o mesmo, possuindo cada um sua existência particular, como dizia Protágoras, quando afirmou que o homem é a medida de todas as coisas, e que, por isso, conforme me parecerem as coisas, tais serão elas, realmente, para mim, como o serão para ti conforme te parecerem. Ou és de opinião que sua essência seja, de algum modo, permanente? (Platão, *Crátilo*, 386a).

Sócrates expõe um pressuposto dos sofistas, especificamente de Protágoras, de que dependeria do homem a verdade sobre as coisas. Desse modo, não haveria nelas uma essência, mas uma verdade a ser determinada pelo parecer de cada homem, o que a torna relativa.

Hermógenes, ao ser perguntado sobre a sua concordância em relação ao que postulava Protágoras, diz que, embora já tenha sido levado a tomar o partido do sofista, sua opinião não lhe parece muito certa. Sócrates, por sua vez, desconstrói o pensamento de Protágoras, considerando a existência de homens bons e maus. Estabelece junto com Hermógenes que são judiciosos os indivíduos que são totalmente bons e insensatos os que são inteiramente maus. Entretanto, não seria possível fazer esta diferenciação, se a opinião do sofista estivesse correta, pois um homem ser bom ou ruim dependeria do parecer de cada um que decidisse julgar. Este critério não permitiria definir o que é um homem bom ou ruim e tornaria tais classificações variáveis.

Contudo, assim como as coisas não são como parecem a cada um, também não são semelhantes simultaneamente e sempre para todas as pessoas, como propôs Eutidemo, citado por Sócrates logo após falar de Protágoras. Tal raciocínio também não permite que existam pessoas boas **ou** ruins, mas boas e ruins ao mesmo tempo. Recusando as duas posições, Sócrates propõe que as coisas têm uma essência permanente.

Ora, se as coisas não são semelhantes ao mesmo tempo, e sempre, para todo mundo, nem relativas a cada pessoa em particular, é claro que devem ser em si mesmas de essência permanente; não estão em relação conosco, nem na nossa dependência, nem podem ser deslocadas em todos os sentidos por nossa fantasia, porém existem por si mesmas, de acordo com sua essência natural (Platão, *Crátilo*, 386de).

Com a proposição de Sócrates, as coisas não atendem às ideias de Protágoras tampouco às referidas a Eutidemo. Por outro lado, elas têm essências permanentes, existem em si mesmas segundo suas essências naturais. Com isso em vista, Sócrates põe em questão as ações e argumenta que, assim como as coisas, elas estão ligadas a uma essência permanente, uma vez que se realizam segundo a sua própria natureza e não como nos aprouver.

Materializando a sua proposição, indaga Hermógenes sobre a ação de cortar. Diz que deve ocorrer segundo quer a natureza que algo seja cortado e com o instrumento apropriado para cortar. Proceder contra a natureza seria incorrer em falha. Como Hermógenes concorda com seu argumento, Sócrates

salienta que falar também é uma ação. Logo, a argumentação proposta para o ato de cortar também serve a ação de falar, o que faz com que as coisas devam ser ditas segundo um modo natural.

Contudo, como isto se relaciona à justeza dos nomes? Ora, se nomear faz parte da ação de falar, precisa ser feito pelo modo natural e pelo meio adequado. Com a necessidade de nomear pelo meio adequado, isto é, pelo nome adequado (assim como para a ação de tecer é necessária uma lançadeira, como exemplifica Sócrates), nota-se que é preciso haver uma relação natural entre nome e coisa, com o primeiro funcionando como instrumento, como o é a lançadeira. “O nome, por conseguinte, é o instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las, tal como a lançadeira separa os fios da teia” (Platão, *Crátilo*, 388bc).

Seguindo a lógica de exemplificar para sustentar seus argumentos, Sócrates traz à discussão duas colocações importantes: a existência de um legislador de nomes e uma analogia que remete à sua tese sobre as coisas terem essências permanentes a respeito das quais os nomes, enquanto instrumentos, informam. A figura do legislador de nomes surge na extensão da analogia entre nome e lançadeira. Quem utiliza a lançadeira é o tecelão, porém quem a fabrica é o carpinteiro. De forma semelhante, os nomes utilizados por todos foram trabalho de um legislador, “um fazedor de nomes” que os impôs, como propõe Sócrates. O legislador atenta para algo para poder fazer os nomes, e é neste ponto que a figura do carpinteiro volta à discussão para exemplificar que assim como este profissional, para fazer uma lançadeira nova, não olha para a que porventura tenha se quebrado, mas para uma imagem de lançadeira em si mesma (a ideia de tal instrumento), o legislador de nomes precisa ter em mente o nome em si. Então, conclui-se que existe um nome essencial, assim como uma lançadeira essencial.

O legislador de nomes deve proceder como o carpinteiro, tendo os olhos fixos no nome em si e formando, com os sons e as sílabas, comparáveis ao cilindro ou à madeira que constituem uma lançadeira, o nome que é por natureza apropriado para cada objeto. Após essas reflexões, Sócrates conclui que, como colocou Crátilo, o nome aplicado a uma coisa é o seu verdadeiro nome ou o nome que lhe é justo. O filósofo expressa da seguinte forma este resultado da investigação que empreendeu junto com Hermógenes: “No decurso de nossa investigação, minha e tua, tornou-se evidente, em contrário do que assentamos atrás, que os nomes, por natureza, têm uma certa justeza” (Platão, *Crátilo*, 391ab).

Considerando então que os nomes são próprios para os objetos ou coisas que designam, a linguagem tem correspondência com o real. Porém, não se

trata de um nome corresponder a um objeto, pois estaríamos falando de tornar a linguagem uma simples nomenclatura. O nome corresponde, então, à ideia do objeto ou à sua essência natural, como podemos perceber na referência à ideia de lançadeira, a qual o carpinteiro deveria recorrer.

1.2. Discutindo o pragmatismo sofístico e o realismo platônico

A teoria sofística e o pensamento de Platão no diálogo aqui referido nos levam a alteração entre os sofistas e os filósofos socráticos. Recorrendo ao surgimento da filosofia para explicar o cisma entre eles, devemos salientar que os povos da antiguidade valiam-se do mito para explicar a realidade. A filosofia surge como alternativa à explicação mítica.

É, pois, demarcando e reivindicando para si um território legítimo para a busca da *verdade* – é contrapondo-se ao *fictício*, ao *imaginário*, à *mentira* (acepções então correntes da palavra *mythos*) – que o pensamento filosófico se institui no mundo grego (MARTINS, 2004, p. 447).

Este caminho que, opondo-se ao mito, busca explicações racionais e verdadeiras, logo se bifurca de forma radical, de modo que em um pólo encontramos os sofistas e em outro, os filósofos socráticos, a saber, Sócrates, pela voz de Platão, Platão, ele mesmo, e Aristóteles. Vejamos como estes dois pólos se configuram no que diz respeito à relação entre a linguagem e o mundo.

Aos sofistas geralmente é atribuída a tese radical de não ser possível estabelecer verdades universalmente válidas e desvinculadas das relações completas e variáveis da experiência humana. Diante do pressuposto de que o homem é a medida de todas as coisas, como enunciou Protágoras, a verdade se torna algo variável, isto é, sem essência permanente. A fim de corroborar tal pensamento de Protágoras, Martins (2004) traz à baila as opiniões de um sofista que compartilha seu relativismo bem como o seu ceticismo. Estamos falando de Górgias, especificamente no texto *Do não-ser* que chegou até nós através de paráfrases, notadamente a de Aristóteles em *Sobre o Melisso, Xenófanes e Górgias*.

Acrescendo informações sobre a perspectiva sofística da linguagem mostrada por Protágoras, Martins (2004) destaca os seguintes pontos do tratado de Górgias: a) a impossibilidade de conhecer o real; b) o fato de não ser possível o ser exterior tornar-se discurso; c) a afirmação definitiva de que o discurso

é diferente das substâncias e d) a tese de que o discurso não pode manifestar um objeto exterior, mas que o objeto exterior pode manifestar-se no discurso. Apreciemos agora cada uma destas proposições.

Discutindo o ponto **a**, podemos ressaltar que, para Górgias, o real não pode ser conhecido e, se o fosse, não poderia ser dito. Se pudesse ser comunicado, ainda assim seria problemático, posto que, segundo o sofista, não seria compreensível. Este ponto de vista que demarca bem a cisão entre o real e a linguagem, além de declarar uma dificuldade anterior a ela, isto é, o fato de não podermos conhecer o real, coloca-a no contexto da impossibilidade. Mesmo que fosse possível ter acesso às coisas, conhecendo-as, não se poderia comunicá-las de forma que fossem passíveis de compreensão. Se não temos acesso ao real, considerado como algo exterior a nós, ele não pode tornar-se nosso discurso, da mesma forma que algo visível não pode se transformar em audível, segundo expressa Martins (2004) ao explicar uma analogia de Górgias com as percepções sensoriais. Nisto consiste o que identificamos neste estudo como ponto **b**. O ponto **c**, por sua vez, é partícipe da tese da impossibilidade de acessar o real, pois destaca que o discurso e as substâncias são discrepantes. No ponto **d**, precisamos notar a patente concepção de que a linguagem articula a existência humana. Se a linguagem não diz o real, considerando que este não pode ser conhecido, nós não conhecemos as coisas em um momento prévio à utilização dela. Portanto, a linguagem não é uma representação de algo preexistente e autônomo. Por outro lado,

O que tomamos como “o real” pode então aqui ser visto como apenas aquilo que se manifesta para nós como tal *no discurso*. A passagem de Górgias permite-nos, pois, associar ao pensamento sofista um ponto de vista segundo o qual, em certo sentido, a existência humana é lingüisticamente articulada – um modo de ver no qual a linguagem desempenha um papel crucial em nossa experiência de mundo (MARTINS, 2004, p. 452).

Sendo o real o que é para nós no discurso, ocorre que não é possível haver essências permanentes, pois o real está para ser determinado, ou só tomará forma no uso da linguagem, a artesã da possibilidade. Neste contexto, é importante notar então a função da linguagem como construtora do real, o que nos remete à articulação da existência humana por meios linguísticos. Veja-se, por exemplo, que “a *hipótese de Sapir-Whorf* propõe que o mundo em que vivemos é um ambiente criado socialmente pelos humanos através da

linguagem” (MARTELOTTA, 2009, p.56).

Considerando que a linguagem não é uma representação do real, o que ela nos diz são as opiniões e impressões dos homens em torno das quais se formam consensos que são responsáveis pela estabilidade da linguagem. Saliente-se, contudo, que tal estabilidade não é maior que a de outros assuntos humanos.

Conclui-se que, na abordagem dos sofistas à linguagem, as expressões não significam por si mesmas, mas por estarem associadas aos assuntos humanos, enquanto articuladoras da existência do homem, e por inscreverem-se “circunstanciadamente no fluxo dessas práticas, com efeitos possíveis muito variados, efeitos que podem talvez ser *estimados* mas nunca *garantidos* de antemão” (MARTINS, 2004, p.453). Este pensamento que traz a ligação entre as vivências humanas e a linguagem dá à expressão linguística a possibilidade de variação, isto é, de fazer sentido segundo a sua utilização, podendo significar várias coisas ou uma coisa e o seu contrário, o que é combatido por Platão por permitir que um enunciado falso e um verdadeiro sejam ambos tidos como verdade.

A importância dada pelos sofistas ao uso da linguagem e a sua inserção no fluxo das práticas humanas, permite considerar seus estudos como fortemente ligados à perspectiva pragmática, constituindo-se um embrião desta.

Opondo-se a abordagem dos sofistas à linguagem, os filósofos socráticos, e notadamente Platão, serão contrários à ideia de que o homem é a medida de todas as coisas. Para eles, existe um real autônomo e independente dos consensos humanos. Todavia, antes de continuar a tratar deste assunto, precisamos nos deter um pouco no que é o **real** para Platão. Para isso, vamos nos remeter a Teoria das Ideias, também chamada Doutrina das Formas. Na *República*, Platão apresenta argumentos nos quais esta teoria é perceptível:

Ora, não costumamos também dizer que o artífice que executa cada um destes objectos olhando para a idéia, é assim que faz, um as camas, outro as mesas, de que nos servimos, e da mesma forma para os restantes artefactos? Porque, quanto à idéia propriamente, não há artífice que possa executá-la (Platão, *República*, 596b).

Em um discurso que faz oposição à arte mimética, podemos notar a referência de Platão às ideias segundo as quais objetos como cama e mesa deveriam ser construídos por artífices. Igualmente, a remissão a um mundo das ideias repete-se no *Crátilo*, diálogo posterior à *República*. Como vimos acima, quando Sócrates, falando analogicamente, compara o trabalho do carpinteiro ao do legislador de nomes, ele diz que a lançadeira, instrumento da ação de tecer,

será feita pelo carpinteiro de acordo com a ideia de lançadeira, e não como outra lançadeira que esteja velha ou quebrada. Como exposto anteriormente, existe uma lançadeira essencial. Este instrumento de tecer não está no mundo sensível, porém no mundo das essências, o que nos leva à concepção dualista que Platão tem do real.

Platão elabora sua célebre perspectiva dualista do real, sustentando haver uma oposição entre o *mundo sensível*, das aparências, e um *mundo inteligível*, das essências ou idéias. [...] Liberto dos “grilhões” dos sentidos, no entanto, o intelecto teria em princípio a possibilidade de apreender uma outra dimensão do real, a dimensão das *coisas em si mesmas* (MARTINS, 2004, 454).

Nesta concepção dualista do real, teríamos, por exemplo, a lançadeira velha, a quebrada, ou mesmo aquela feita daquele ou deste material, como pertencentes ao mundo sensível, enquanto a lançadeira a qual o carpinteiro deve recorrer para fazer um novo exemplar deste instrumento está no mundo inteligível ou das ideias. A variação e a mutabilidade das coisas, caras aos sofistas, estão nos diversos tipos de lançadeira, ligadas ao mundo das aparências, o “mundo que está ao alcance dos sentidos” (MARTINS, 2004, p. 454).

Acrescentamos ainda, quanto ao mundo inteligível, que Pessanha (1986 *apud* MARTINS, 2004) ressalta que, embora se chame ideias às essências, elas não existem na mente humana como conceitos ou representações mentais. As essências existem em si mesmas, sem ligações com os sentidos.

Sob a superfície mutável e inconstante do real assim como percebido pelos sentidos, haveria então uma outra dimensão, intemporal e universal, que serviria de morada a tais entidades autônomas, as essências, as quais seriam dotadas de um tipo especial porém *real* de existência (MARTINS, 2004, p. 455).

Ao pressupor-se que existe o **real**, mesmo na perspectiva de um tipo especial de existência, também estamos nos envolvendo na questão do surgimento do pensamento filosófico, no que tange à busca da verdade, que, por sua vez, aparece quando Platão procura demonstrar que o funcionamento da linguagem pressupõe a verdade, como salienta Martins (2004). Por conseguinte, pode ser identificada a estabilidade que não é possível, ao menos não completamente, nos sensíveis consensos sofistas.

A importância que Platão dava à verdade em relação à linguagem justifica-

-se pela negatividade dos consensos sofistas que levaram à injusta condenação de Sócrates por subversão. Sendo a linguagem de primordial importância nas assembleias e tribunais, priorizar os consensos em detrimento da verdade (aquela que possui uma essência permanente), possibilita que mesmo o inocente seja considerado culpado, uma vez que ela se torna fortuita, posto que seria determinável por consensos instáveis que dão margem a opiniões e impressões.

Acresce ainda que na disputa com os sofistas, além de estabelecer a verdade acima do consenso, Platão precisava provar a existência do discurso falso, que era desconsiderada pelos sofistas, bem como distingui-lo do discurso verdadeiro. Baseando-se nos pensamentos de Parmênides de que aquilo que não é, não pode ter qualquer tipo de existência, os sofistas argumentavam que não havia distinção entre discurso falso e verdadeiro. Já que o discurso verdadeiro diz o que é, o discurso falso diz o que não é. Segundo Parmênides, o que não é não pode ser dito, de modo que quem profere um discurso falso nada diz, pois se disser, isto é, se proferir um discurso, forçosamente estará falando a verdade. Em outras palavras, se houver discurso, há verdade. Assim, se digo que “Sócrates é culpado” ou “Sócrates é inocente”, não existe a possibilidade de falsidade de uma das sentenças. Sendo ambas consideradas como discurso, serão também admitidas como verdadeiras e sem ressalvas relativas a serem contraditórias, visto que para os sofistas uma coisa poderia significar algo e o seu contrário.

A fim de provar a existência do discurso falso, Platão precisou desconsiderar o que disse Parmênides, um de seus principais mentores, e propor que a verdade ou falsidade de um discurso depende apenas da “estrutura autônoma e única do real”, como explicita Martins (2004, p.458). A mesma autora salienta que o sentido de um enunciado deve ser compreendido como a parcela da realidade que ele por si mesmo pode descrever objetivamente. É exatamente por tratar a linguagem como capaz de identificar parcelas da realidade que a teoria platônica da linguagem pode ser chamada realista.

No *Crátilo*, esta capacidade da linguagem é declarada quando Sócrates diz que o nome é um instrumento que deve informar a respeito das coisas. Eis a sua função. Segundo Martins (2004) o nome ideal, para o qual o legislador de nomes olha, assim como o carpinteiro olha para lançadeira ideal para fabricar uma nova, é aquele que desempenha com perfeição a função de designar a coisa nomeada. Assim como o furador é feito com o propósito de perfurar e a lançadeira com o propósito de tecer, o nome também tem seu propósito e, se não estiver em conformidade com ele, a linguagem não funcionará. Enfatizamos que, sendo o nome o instrumento da ação de falar, tendo em mente que Sócrates propôs que falar é uma ação como tecer, por exemplo, ele precisa falar das

coisas no sentido de representar a parte da realidade que tem por incumbência identificar e fazê-lo corretamente.

“Em resumo, para funcionar, a linguagem deve transcender as nossas opiniões e ela mesma, respondendo, como já se disse, não a comunidade, mas à *realidade*” (MARTINS, 2004, p. 460). Ressalte-se, contudo, que a realidade a qual a linguagem deve responder é aquela das entidades extralinguísticas autônomas, ou seja, a do mundo inteligível, conservando-se distante dos consensos que Platão considerou perigosos. Com a necessidade de o nome corresponder ao real, é patente a conclusão do filósofo de que existe uma relação natural entre o nome e coisa nomeada.

Sinalizamos que toda esta alteração entre sofistas e socráticos localiza-se no território dos estudos relacionados à verdade no contexto de uma passagem, mesmo não bem demarcada, do pensamento mítico ao racional, determinando parâmetros adequados para a explicação de fenômenos, tal como explicita Martins (2004). Vimos anteriormente que a filosofia surge como alternativa à explicação mítica das coisas. A controvérsia entre sofistas e filósofos socráticos está diretamente relacionada à verdade, isto é, algo que decorre da opinião ou do consenso do homem, sendo este a medida de todas as coisas, ou existe nas coisas como uma essência permanente que nos permite dizer que há uma verdade única e fixa, desconexa da variabilidade dos assuntos humanos. Portanto, a questão primordial que rege o cisma filosófico aqui colocado é: A verdade prevalece sobre o consenso ou este se sustenta acima dela? São estes, então, os fatores que influenciaram nas diferentes perspectivas citadas sobre a justeza dos nomes.

1.3. O mentalismo aristotélico: a substituição da díade linguagem-real pela tríade Linguagem-alma-real

A concepção dual do real, que trouxe a proposição de Platão de um mundo inteligível, poderia levar ao pensamento de que já há nas postulações deste filósofo um embrião de um mentalismo, tendo em vista toda a abstração e virtualidade do real platônico. Todavia, este raciocínio não se sustenta uma vez que as essências colocadas são externas ao sujeito, o que retém a possibilidade de um mentalismo já nas teorias platônicas que acabaram por abordar a linguagem.

O embrião da compreensão mentalista da linguagem é oferecido pelo pensamento aristotélico. O tratado aristotélico *De Interpretatione*² permite a

2 *De Interpretatione* é o segundo tratado constituinte do conjunto de escritos aristotélicos

observação dos inícios de uma visão mentalista da linguagem. Observemos na citação abaixo como esta visão se configura:

De um lado, os sons da voz são símbolos das disposições da alma, de outro, as marcas escritas o são dos sons da voz. E assim como as letras não são as mesmas para todos, do mesmo modo também os sons. São idênticas em todos as disposições da alma, das quais os sons são os primeiros signos, como já são também as mesmas coisas, das quais aquelas são semelhanças (ARISTÓTELES, 2013, p. 1).

Em seu comentário sobre o trecho citado, Aquino (2013) ressalta três pontos que devem ser observados: a escritura, as vozes e o que chamou de paixões da alma, referentes às disposições da alma, como citado acima. As disposições da alma são simbolizadas pela voz, enquanto esta é simbolizada pelas marcas escritas. São entendidos como pertinentes à voz o nome, o verbo e aquilo que os segue. No texto de Aristóteles a palavra “Interpretação” refere-se a uma voz que significa algo por si, de forma que conjunções e preposições não caberiam neste conceito. São destacados então os nomes, os verbos e as orações.

“Um nome é um som de voz significante segundo convenção sem tempo, do qual nenhuma parte é significante tendo sido separada” (ARISTÓTELES, 2013, p.1). Sublinhando alguns aspectos desta definição, Aquino (2013) coloca primeiramente que, pela voz, o nome se diferencia dos demais sons que não são vozes, sendo também significativo contrapondo-se a outras vozes não significativas. Propõe também que o nome esteja ligado à convenção, não a relacionada a relativismos, mas àquela que o difere de vozes naturalmente significativas, tais como os gritos dos enfermos ou mesmo as vozes de animais brutos. Além de apresentar essas especificidades, o nome caracteriza-se, ao menos para as línguas flexionais como concorda Auroux (1998), por não possuir marcas de tempo, o que o contrapõe ao verbo. Por último, nenhuma parte dele é significativa em separado e, neste aspecto, o nome se diferencia da oração que tem partes significativas mesmo quando dividida.

O verbo “é porém o adsignificante de tempo, do qual uma parte separadamente nada significa; é porém um signo daquilo que é dito de um outro” (ARISTÓTELES, 2013, p.1). Concebe-se, a partir disso, que o verbo se distanciará e se aproximará do nome, respectivamente: o verbo unirá à sua própria significação as marcas de tempo e suas partes não terão significação se separadas. Aquino

lógicos *Órganon* (384 ou 383-322 a.C).

(2013) ressalta ainda que as últimas palavras de Aristóteles visam a distingui-lo não só do nome, mas do particípio, posto que este também significa com o tempo. A distinção se estabelece quando é dito que o verbo é signo de coisas predicadas de outro. O particípio poderá ser colocado tanto na parte do sujeito como na do predicado, enquanto o verbo sempre se colocará na parte deste último.

Embora abordados por Aristóteles no *De Interpretatione*, o nome e o verbo são mais princípios da interpretação do que a interpretação em si uma vez que, no tratado aqui contemplado, esta concerne à oração que é uma voz significativa da qual separadamente algumas das partes são significativas, como uma palavra, não como uma afirmação ou como uma negação, segundo expressa Aquino (2013). Assim como o nome e o verbo, a oração é uma voz significativa. Entretanto, como explicitado a pouco, algumas de suas partes são significativas quando separadas, aspecto em que difere do nome e do verbo. Note-se que o autor diz que só algumas partes significam, o que pressupõe partes não significativas, como a negação que não significa por si. Por outro lado, significam as relações de uma coisa para com a outra, segundo explica Aquino (2013).

Destacando a oração, posto que o nome e o verbo seriam princípios, é dito que ocorre interpretação quando se expõe a verdade ou falsidade de algo. Diante disso, só a oração enunciativa na qual se considerava encontrar os valores falso e verdadeiro era chamada interpretação, o que provavelmente decorre da necessidade de tomar como sentenças só aquelas que fossem verificáveis quanto ao valor de verdade, como os filósofos acreditaram por muito tempo, segundo explica Espíndola (2010).

Feitas estas colocações acerca do que está nas vozes citadas por Aristóteles, bem como quanto ao que o filósofo destaca como interpretação, voltemos a tratar da primeira citação desta seção, atendo-nos àquilo que nos permite perceber o que é nomeado mentalismo.

As disposições da alma simbolizadas pela linguagem “são o resultado do impacto do mundo sobre o homem, o modo que aquele o *afeta*” (MARTINS, 2004, p. 465). Note-se que há um deslocamento da significação primeira das palavras: ela deixa de ser exterior, diretamente relacionada ao real, para ligar-se ao ser interior, a alma, que nesta perspectiva é o seu **locus**. Mesmo que a significação esteja agora diretamente ligada à mente humana, não há espaço para relativismos que postulem ser o homem o metro para a significação.

Aristóteles desfaz equívocos dessa natureza ao colocar que as disposições da alma são as mesmas para todos, de modo que a linguagem represente uma ordem única e objetiva, distante da variabilidade proveniente da consideração

das subjetividades. Inclusive, o que garante que as disposições da alma sejam as mesmas é o fato de, em última instância, “reproduzirem por semelhança a estrutura do real” (MARTINS, 2004, p. 465). Desta forma, ressalta-se o raciocínio aristotélico acima de que ocorre identidade entre as disposições por serem as mesmas as coisas das quais elas são semelhanças, o que é explicado abaixo por Aquino (2013) ao comentar o fragmento em questão:

Assim como as paixões da alma são as mesmas junto a todos, assim também as coisas são as mesmas junto a todos, pois as paixões da alma, diz o filósofo, são semelhanças das coisas que existem na realidade (AQUINO, 2013).

Embora observemos em Aristóteles a configuração de um mentalismo, vemos que na causa da uniformização das disposições da alma acaba ocorrendo uma forma de tributo à realidade, de modo que se torna possível falar de aproximações entre as concepções platônica e aristotélica por serem ambas tributárias da realidade em última instância.

Além de compartilhar a aversão platônica ao relativismo sofisticado, vemos assim que Aristóteles também advoga relações estáveis e objetivas no que tange à ligação da linguagem com entidades extralinguísticas. O que configura o mentalismo de Aristóteles e o diferencia de Platão é o tipo de entidade extralinguística que se julga estar em questão quanto ao significado das expressões linguísticas. Eis o cerne da diferença entre os pensadores, segundo explica Cornford (2001, p.77 *apud* MARTINS, 2004, p. 463):

O platonismo desconfia dos sentidos e os condena. Os olhos e os ouvidos não são, para os platônicos, a janela da alma, abrindo-se para a realidade. A alma vê melhor quando essas janelas estão fechadas e mantém uma silenciosa conversação consigo mesma na cidadela do pensamento. O espírito de Aristóteles inclinava-se naturalmente para outra direção, para o estudo do fato empírico. Seu impulso era explorar o campo da experiência com insaciável curiosidade.

O mundo sensível que Platão rejeitava foi acolhido por Aristóteles que preferia o estudo do fato empírico. Para além do que nos é perceptível pelos sentidos não haveria então um mundo inteligível, como morada das essências. De certa forma, na teoria de Aristóteles as essências estariam presentes, assim como as coisas do mundo, todavia, estas e aquelas, intermediadas pelo intelecto

humano que seria dotado da capacidade de abstrair as essências do universo a partir do contato como real em si. Rejeitada a Doutrina das formas que permitiu a Platão fugir dos consensos sofisticos, Aristóteles necessitava de uma alternativa que lhe permitisse fugir igualmente de tal perspectiva radicalmente pragmática.

A sua alternativa configura-se pela compreensão de que a linguagem está primeiramente subordinada à capacidade mental ou racional humana, de forma que as expressões linguísticas têm por função primeira a representação do que vai no espírito, segundo explica Martins (2004), e é desta maneira que os sons da voz são símbolos das disposições da alma, o que configura o movimento que é o embrião do mentalismo. Vejamos esquematicamente como as teorias de Platão e Aristóteles convergem e divergem:

Esquema 1.0: Teorias Platônicas e Aristotélicas: Convergências e Divergências



No esquema acima, em primeiro plano, vê-se um ponto de convergência quanto à negação do ponto de vista dos sofistas por parte de ambos os pensadores em questão. No plano mediano, observamos primeiramente a díade platônica, com a especificação do que é o real para este filósofo, e em seguida a concepção aristotélica que substitui a díade linguagem-real pela tríade linguagem-disposições da alma-real explicada pelo fato de a linguagem representar a abstração que o intelecto faz das coisas particulares, como salienta Martins (2004).

O pensamento tríadico colocado pela autora remete-se ao esquema ternário de Aurox (1998, p.97) que diz que “como os estados da alma são no essencial representações, eles colocam em jogo uma relação à realidade externa. Temos então uma “tríade semiótica”: som, estado da alma, forma das coisas”. Discutindo o *De Interpretatione*, o autor trata dessa proposição na qual elementos linguísticos são signos de estados da alma que, por sua vez, voltam-se para a estrutura do real, representando-o. Constitui-se assim o tributo último ao

real feito por Aristóteles. Platão faz o mesmo, mas o seu real é replicado por considerar um mundo sensível e um mundo inteligível. Portanto, ambos são tributários do real, como visto no último plano do esquema 1.0.

Como vimos antes, a recusa de Aristóteles à Teoria das Formas, não faz com que considere a variabilidade sofisticada. “Aristóteles localiza no homem o espaço em que a dispersão e a variabilidade fenomênica se reduzem a uma ordem essencial” (MARTINS, 2004, p. 465). Uma linguagem objetiva deve representar primeiramente aquilo que toma forma neste espaço particular, que seria algo, de certa forma, correspondente à mente humana.

Os estudos de Aristóteles estão prioritariamente voltados à Lógica que, por seu turno, investiga a faculdade mental distintiva que faz do homem um animal racional. Desde Aristóteles a Lógica se ocupa dos princípios que regem a articulação racional do pensamento. A preocupação do filósofo com a linguagem vem do fato de considerar necessário que as línguas humanas possam ser vistas como uma base estável para a articulação racional do pensamento, e como formas objetivas de representar para que possam exercer a função de meios de comunicação confiáveis.

Uma palavra deve significar a mesma coisa, mesmo em diferentes circunstâncias de uso. Com a variabilidade como característica a linguagem não serviria ao propósito dos estudos lógicos. A fuga à variabilidade é permitida pela inclusão das disposições da alma na teoria do filósofo estagirita. Como elas são as mesmas para todos, as línguas humanas são sistemas de símbolos que representam uma linguagem universal decorrente de os homens apreenderem a realidade da mesma forma. A linguagem universal é uma representação interna do real (com suas entidades, propriedades e relações) ocorrida através do exercício da faculdade racional humana.

Todavia, nem sempre a linguagem representará a estrutura do pensamento e do real. É neste sentido que Aristóteles colocou outras duas potencialidades da linguagem: uma relativa à persuasão, na *Retórica*, e outra à beleza, na *Poética*. Além disso, vimos que o *De Interpretatione* é antes de tudo voltado para a oração relacionada a valores de verdade. Orações que não são verdadeiras, tampouco falsas, não são o interesse do tratado. Desta forma, as frases declarativas constituem-se o seu objeto de estudo, de maneira que as teorias que derivam das preocupações aristotélicas com a Lógica instituem-se pela demarcação do território “daquilo que deveria ser considerado como a dimensão prioritária ou *nuclear* do fenômeno lingüístico - o seu âmago literal e declarativo.” (MARTINS, 2004, p. 468).

Contudo, não convém aprofundarmos este assunto. O importante, tendo em vista os objetivos deste estudo, é perceber que na teoria de Aristóteles a

relação entre nomes e coisas não ocorre diretamente, posto que a linguagem não representará o real, mas a sua ação sobre o espírito do homem, isto é, as disposições da alma que reproduzem por semelhança a estrutura do real. Assim, tais disposições têm um papel mediador na relação nomes e coisas.

Vimos que mesmo considerando o homem em suas análises, Aristóteles nunca o tomou como faziam os sofistas, ou seja, considerando-o a medida de todas as coisas. Entretanto, *De Interpretatione* o coloca como favorável à convenção humana no que respeita a dizer que o nome é uma voz significativa, “segundo a instituição humana procedente do beneplácito [ou agrado] do homem” (AQUINO, 2013). Posteriormente, Aquino (2013) comenta que o nome não pertence à natureza, endossando o fato de ser instituído pelo homem, o que demonstra um direcionamento diferente das relações naturais entre nome e coisa, perceptíveis no *Crátilo*.

A cisão entre sofistas e filósofos socráticos como Aristóteles, que respectivamente corresponde ao pragmatismo e ao realismo como configurados acima, nos remete também à polêmica que dividiu os filósofos gregos em convencionalistas e naturalistas.

Enquanto os primeiros defendiam que tudo na língua era convencional, mero resultado do costume e da tradição, os naturalistas afirmavam que as palavras eram, de fato, apropriadas por natureza às coisas que elas significavam (CEZARIO, COSTA, FURTADO DA CUNHA, 2003, p. 30).

No grupo dos convencionalistas podemos identificar os sofistas, em virtude da ênfase que davam aos consensos humanos e às circunstâncias em que a linguagem era usada como determinantes para o seu sentido. Platão, por seu turno, mostra estar entre os naturalistas, tendo em vista sua defesa da relação natural entre nome e coisa, bem como da necessidade de o nome ser instrumento da ação de falar, realizada sempre segundo quer a natureza sob pena de não funcionar caso ocorra o contrário. As circunstâncias em que a linguagem é usada são indiferentes a esta abordagem. Aristóteles, por sua vez, embora se oponha aos sofistas, acredita na convenção desde que esta não suponha a aceitação dos perigosos relativismos sofísticos como vimos acima.

Repercutindo em estudos posteriores, o convencionalismo e o naturalismo nos permitem identificar um fundamento ligado à relação entre o nome e a coisa nomeada, a saber, a arbitrariedade do signo linguístico, como colocada por Saussure.

2. A arbitrariedade do signo linguístico segundo as reflexões saussurianas

2.1. A natureza do signo linguístico

Antes de começarmos a tratar das reflexões acerca da arbitrariedade do signo linguístico, cumpre primeiramente analisarmos a natureza do signo do qual ela é um princípio fundamental.

Para Saussure, a língua está longe de ser uma nomenclatura na qual encontraríamos uma lista de nomes correspondentes às coisas. Entre os vários motivos que tornam uma concepção como esta problemática estão a suposição de que existem ideias preexistentes às coisas, a falta de explicações relativas à natureza do signo, e a inferência de que o vínculo que une o nome e a coisa é algo simples. Embora devamos concordar que para Saussure a unidade linguística é uma coisa dupla, devemos considerar o assunto mais detalhadamente.

Os dois elementos em questão não são uma palavra e uma coisa, mas uma imagem acústica e um conceito. Além disso, são ambos psíquicos e estão unidos no cérebro por um vínculo de associação. Vejamos então como Saussure (2006, p. 80) explicita a existência desses dois constituintes, bem como a sua natureza psíquica:

O signo linguístico une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica. Esta não é o som material, coisa puramente física, mas a impressão (*empreinte*) psíquica desse som, a representação que dele nos dá o testemunho de nossos sentidos; tal imagem é sensorial e, se chegamos a chamá-la “material”, é somente neste sentido, e por oposição ao outro termo da associação, o conceito, geralmente mais abstrato.

Desta forma, não há algo preexistente que deva ser nomeado em uma relação simples entre coisa e palavra. Por outro lado, existe um conceito e uma imagem acústica, ambos destituídos de materialidade, pois são psíquicos. Um dado conceito suscita no cérebro uma imagem acústica correspondente em um fenômeno inteiramente psíquico, como ressalta Saussure ao falar do circuito de fala no qual são colocadas duas pessoas A e B.

Matos, Brito e Saúde (2012) explicam que o ponto de partida do circuito estará situado no cérebro de A, por exemplo, onde estarão os conceitos associados às imagens acústicas que têm por função exprimi-los. Na situação em que um conceito suscita no cérebro uma imagem acústica correspondente, ocorrerá

um fenômeno inteiramente psíquico, ao qual se seguirá um processo fisiológico em que os órgãos da fonação receberão do cérebro o impulso correlativo da imagem. Em seguida, se dará um processo físico que consiste na propagação de ondas sonoras da boca de A até o ouvido de B. De modo inverso, o circuito se prolongará em B. Ou seja, do ouvido ao cérebro no processo fisiológico de transmissão da imagem acústica e, posteriormente, no cérebro, será associada a imagem acústica ao conceito a ela correspondente. No que respeita à primeira parte do circuito em A, última em B, o fenômeno em questão é psíquico.

Saliente-se ainda que tampouco a imagem acústica tem materialidade, uma vez que o constituinte do signo não é o som, mas a impressão que temos dele através dos nossos sentidos. O fenômeno é, portanto, sensorial. Qualquer associação da imagem acústica com a materialidade se dá apenas por oposição ao outro termo constituinte do signo, o conceito, que é muito mais abstrato.

Por conseguinte, o objeto ao qual o signo está relacionado, o referente ou coisa nomeada, não faz parte da constituição do signo. Assim, só aparentemente há dois elementos em questão, o signo e o referente, visto que, o primeiro tem constituição dupla, a saber, uma imagem acústica e um conceito que combinados formam o que é denominado **signo**. Entretanto, como geralmente esta palavra é usada para designar apenas a imagem acústica, coube a Saussure desfazer a possível ambiguidade entre esta parte e o todo, propondo novas designações que relacionassem as três noções, signo e constituintes, conservando-lhes a diferença. Daí preservou-se a palavra **signo** e surgiram os termos **significante** e **significado** para designar respectivamente a imagem acústica e o conceito. O signo, assim configurado, tem como uma de suas características fundamentais a arbitrariedade que será abordada a seguir.

2.2. A arbitrariedade do signo linguístico

O signo linguístico possui duas características fundamentais: a arbitrariedade e o caráter linear do significante. Em virtude do objetivo de destacar neste estudo as relações entre os nomes e as coisas nomeadas, enfatizaremos apenas o primeiro princípio.

Pouco antes dos apontamentos de Saussure no *Curso de Linguística Geral* (1916), Max Müller, filólogo sanscritista que viveu no século XIX, abordou a temática da relação entre a linguagem e o mundo com a teoria “Ding-Dong” que colocava a linguagem como nascida da harmonia entre o som e o sentido, segundo Câmara (1975) afirma. Todavia, o ponto de vista de Müller está mais direcionado à defesa da relação natural entre o nome e a coisa, tal como colo-

cou Platão na antiguidade, em virtude do processo harmônico que propõe. Seu contemporâneo William Whitney, por outro lado, defendia o arbitrário do signo, como explicita Saussure, caminho pelo qual o próprio linguista genebrino enveredou. Para ele, o que há de arbitrário no signo linguístico é a relação entre o significante e o significado. Contudo, os constituintes estendem a arbitrariedade ao todo, o signo, como é possível observar abaixo:

O laço que une o significante ao significado é arbitrário ou então, visto que entendemos por signo o total resultante da associação de um significante com um significado, podemos dizer mais simplesmente: *o signo linguístico é arbitrário* (SAUSSURE, 2006, p. 81).

Sendo o vínculo que une significante e significado arbitrário, não há nenhuma relação natural entre uma sequência de sons e o conceito ao qual ela se refere. Por isso, pode-se dizer que entre a sequência de sons “cadeira” e a ideia de um assento que geralmente tem quatro pernas, pode ter diversos formatos e ser feito de diversos materiais, não há nenhum tipo de motivação ou relação. Desta maneira, não podemos confundir o signo com o símbolo, o índice e o ícone, uma vez que estes possuem de alguma forma uma relação com aquilo que designam, tal como é possível apreender em Wilson e Martelotta (2009).

As faces do signo estão unidas por convenção social. “Com efeito, todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção” (SAUSSURE, 2006, p. 82). O fato de o signo linguístico ser arbitrário não implica intervenções individuais, não cabendo, portanto, ao indivíduo falante o poder de designar este ou aquele significante para um ou outro significado. O primeiro é imotivado em relação ao segundo. Podemos considerar como exemplo que comprova a arbitrariedade o modo particular com que cada língua expressa seus conceitos, como afirma Costa (2009). Diante disso, temos *window*, *finestra*, ou *janela* como significantes diferentes para o mesmo significado.

A impossibilidade de o indivíduo intervir no sistema linguístico ressalta a sua autonomia. Segundo Saussure, a língua possui regras internas que organizam seu funcionamento, o que nega a influência de motivações externas. Os signos arbitrários têm seu valor estabelecido dentro do sistema por relações de oposição com os demais signos, como nos mostra a teoria do valor linguístico. Martelotta (2009) salienta que estudos relacionados à língua anteriores a Saussure já haviam postulado a existência de um conjunto de elementos e de regras que comandavam sua combinação. A inovação saussuriana consiste

no pensamento que enfatizou a relação entre os elementos como constituinte primordial para a determinação de um termo.

Comentando a questão do valor em Saussure, Matos, Brito e Saúde (2012) salientam que duas massas amorfas estão em questão no funcionamento linguístico: as ideias e os sons. A língua não se estabelece no território da primeira, tampouco da segunda. No fato linguístico em seu conjunto, a língua se assemelha a uma série de subdivisões contíguas que são “marcadas simultaneamente sobre o plano indefinido das idéias confusas (*A*) e sobre o plano não menos indeterminado dos sons (*B*)” (SAUSSURE, 2006, p. 130). A função da língua não é criar um meio fônico material para expressão das ideias, mas ser intermediária entre o pensamento e o som, de maneira que uma união conduza a delimitações recíprocas de unidades sem que estejam implicadas a materialização do pensamento ou a espiritualização dos sons. Por conseguinte, a língua não está ligada à substância, mas à forma. Nos dois domínios amorfos citados, é plenamente arbitrária a escolha de uma dada porção acústica para uma determinada ideia.

Segundo o exposto, é uma ilusão considerar um termo como a simples união entre uma imagem acústica e um conceito, pois isto resultaria em isolar os elementos da totalidade solidária da qual fazem parte. Não se deve, portanto, estudar as partes do todo, visando a reconstituí-lo, porém partir do todo para chegar aos elementos que ele encerra. São as relações entre os elementos que vão determinar o valor que se configura como uma parte da significação, da qual esta última é dependente. No signo linguístico, a significação estará ligada à contraparte da imagem auditiva. Entretanto, ela só será determinada por observarmos que o conceito também deve ser considerado por sua associação com outros conceitos, em uma relação horizontal, diferente das relações verticais entre significante e significado.

Notemos ainda que os valores foram colocados segundo um princípio paradoxal: de um lado temos o conceito como contraparte da imagem auditiva no interior do signo e, do outro, a relação que une os dois constituintes do signo como contraparte de outros signos da língua. Segundo este princípio paradoxal, os valores são sempre constituídos de coisas dessemelhantes e semelhantes. As disparidades permitem que as palavras sejam trocadas por coisas dessemelhantes, tal como uma palavra trocada por uma ideia. As semelhanças, por seu turno, permitem que uma palavra seja comparada com algo da mesma natureza, isto é, outras palavras.

Desta forma, pensando na determinação de um valor, não se pode deixar em concurso apenas a relação estabelecida entre uma palavra e uma ideia. É

primordial que a palavra seja comparada com outras palavras, com as quais possa estabelecer oposição, travando relação com o sistema linguístico ao qual pertence. Com este procedimento duplo, ocorre respectivamente o estabelecimento da significação e do valor, o que nos traz valores que emanaram do sistema, entendendo-se assim a inexistência de conceitos dados de antemão. **A característica mais exata de um termo será ser o que os outros não são.** Neste contexto, no qual as relações são fundamentais, Saussure (2006, p. 136) ressalta a importância de o processo que produzirá sentidos e valores ser completo, considerando as relações com coisas dessemelhantes e semelhantes:

Quando afirmo simplesmente que uma palavra significa alguma coisa, quando me ateno à associação da imagem acústica com o conceito, faço uma operação que pode, em certa medida, ser exata e dar uma idéia de realidade; mas em nenhum caso exprime o fato lingüístico na sua essência e na sua amplitude.

Transcendendo a associação entre o significante e o significado, uma palavra só pode ter seu valor fixado pelo concurso com aquilo que se encontra ao seu redor, de modo que, fazendo parte do sistema, além de revestir-se de uma significação, adquire um valor. Sublinhe-se então que o valor e a significação são fenômenos diferentes.

Tendo afirmado que o valor linguístico considerado em seu aspecto conceitual requer necessariamente o procedimento duplo citado acima (troca por coisas dessemelhantes e comparação de coisas semelhantes), precisamos ressaltar ainda a imaterialidade do significante como elemento que também concorre para a teoria do valor linguístico, como coloca Saussure (2006, p. 137) abaixo:

O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação. Isso surpreenderá, talvez; mas onde estaria, em verdade, a possibilidade de contrário? Já que não existe imagem vocal que responda melhor que a outra àquilo que está incumbida de transmitir, é evidente, mesmo *a priori*, que jamais um fragmento de língua poderá basear-se, em última análise, noutra coisa que não seja sua não-coincidência com o resto.

Quando Saussure, tratando do significante enquanto imagem acústica, coloca o termo *empreinte* para referir-se à impressão psíquica que temos de um som e não ao som em si, ele já retirava o significante do terreno da ma-

terialidade sonora, posto que, “todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte”(SAUSSURE, 2006, p.137). A teoria do valor vem corroborar esta ideia ao retomar que o que importa não é o som, mas as diferenças fônicas que distinguem uma palavra de todas as outras, levando à significação. Não havendo imagens vocais predeterminadas como mais ou menos apropriadas para o que desejam expressar, um fragmento de língua é determinado pela sua relação de não-coincidência com os demais elementos do sistema. Exemplificando este princípio de diferenciação a partir de letras, consideremos a letra *t* que pode ser escrita de várias formas, isto é, com diferentes fontes gráficas. Todavia, o importante é o fato de ser a letra *t* e não *d*, *p* ou *l*, não coincidindo, portanto, com as demais constituintes do alfabeto.

Feitas estas colocações acerca do significado e do significante, devemos sublinhar algumas especificações sobre as relações pressupostas na teoria do valor. O significante estabelece relações com outros significantes da língua, como nas imagens acústicas das palavras “filho” e “filha”. O conceito, ou significado, por sua vez, estabelece relações com outros conceitos, como a “ideia de filho” e a “ideia de filha”. Estas relações serão de **diferença**. Considerando, por outro lado, o signo total em suas relações com outros signos totais do sistema linguístico, o que temos são relações de **oposição**. Daí o fato de a língua ser um sistema subjacente de elementos que se **opõem**.

Das informações colocadas sobre o valor linguístico percebemos então que, estando em questão o significante, o significado ou o signo total, a língua não possui ideias ou sons preexistentes ao sistema linguístico. O que apresenta são diferenças conceituais e fônicas e oposição entre signos, todas estas resultantes de relações sistemáticas. A partir da teoria do valor, é possível observar que a linguagem não tem relações com o mundo para que um valor linguístico seja determinado, posto que os valores serão estabelecidos no interior do sistema. Os signos aceitos como meios de expressão em uma sociedade, por sua vez, submetidos ao hábito coletivo ou convenção, serão dominados pelo arbitrário. O sistema possui, por conseguinte, certa autonomia, como citado anteriormente.

Segundo salienta Neves (1997), essa autonomia do sistema está apoiada na arbitrariedade que exclui a possibilidade de influência do falante e de outras motivações externas, embora não impeça a mutabilidade linguística.

Para contestar a arbitrariedade, alguém poderia dizer, por exemplo, que as exclamações são motivadas ou mesmo que as onomatopeias o são. Entretanto, as exclamações mudam de língua para a língua, o que não ocorreria se houvesse um vínculo natural entre o significante e o significado, uma vez que as mudan-

ças em uma parte implicariam em transformações na outra. As onomatopeias, por sua vez, são imitações aproximadas e já meio convencionadas de sons de animais ou ruídos. Deste modo, não é possível tratá-las como fenômenos totalmente motivados que possam invalidar o princípio da arbitrariedade. Todavia, Saussure admite que a arbitrariedade tem limitações ligadas a associações e motivações relativas: “assim, ‘vinte’ é imotivado, mas ‘dezenove’ não o é no mesmo grau, porque evoca os termos dos quais se compõe, ‘dez’ e ‘nove’.” (MARTELOTTA, 2009, p. 120).

Consideradas estas possíveis objeções, ressaltemos por último, que a arbitrariedade exerce um papel importante na caracterização do signo linguístico como mutável e imutável. Saussure afirma que o tempo, a massa falante e a arbitrariedade são fatores que concorrem para a mutabilidade e para a imutabilidade. Destacando a arbitrariedade, vemos que ela corrobora a imutabilidade por descartar a possibilidade de influência do indivíduo, de forma que este não tem poder de modificação sobre a língua. Por outro lado, o fato de o signo não estar ao alcance do falante para que ele o modifique, não impede que haja alterações na língua.

Como o signo é arbitrário, não está ao alcance do indivíduo modificá-lo ou impedir que se modifique por outros fatores diferentes da sua interferência. Não havendo relações naturais entre o significante e o significado, o deslocamento da relação destes constituintes é possível. Assim, concluímos que a arbitrariedade mantém a imutabilidade, excluindo a influência individual, ao mesmo tempo em que permite a mutabilidade, “afrouxando” o vínculo entre os constituintes do signo por não haver relação natural entre eles. Estão associados em virtude da convenção.

A defesa saussuriana da arbitrariedade do signo linguístico traz suas reflexões para o convencionalismo, defendido pelos sofistas, já que em nenhum momento o linguista advoga haver uma relação natural entre o signo e o que é por ele designado. Em razão disso, não há concordância de Saussure com o pensamento platônico de a palavra corresponder ao real, nem mesmo se falarmos do real relacionado ao mundo das ideias.

Poderíamos dizer que há uma convergência entre os pensamentos de Platão e Saussure pelo fato de não falarem de uma relação simples entre um signo e um objeto, tendo em vista que o primeiro acredita que a palavra está relacionada naturalmente com a essência do objeto e, o segundo, por seu turno, defende a constituição dupla do signo, sendo o referente algo exterior. Entretanto, esta hipótese deve ser descartada, pois o raciocínio de Platão ainda relaciona a língua a fatores externos ao sistema linguístico, enquanto o de Saussure determina

que os elementos adquirem valor no sistema que deve ser considerado em sua imanência. Os dois estudiosos acabam divergindo radicalmente quanto à relação entre a linguagem e o mundo. O argumento do filósofo é logo desconsiderado por indicar que existem ideias preexistentes às palavras, o que é negado por Saussure como foi dito acima.

Vale salientar, todavia, que embora Saussure fosse um adepto da convenção, seu ponto de vista não era idêntico ao dos sofistas. Hermógenes, que inicialmente defendeu a convenção no *Crátilo*, acreditava que o homem poderia interferir na língua nomeando as coisas segundo elas lhe parecessem, o que se baseava no argumento sofisticado de que o homem é a medida de todas as coisas, como dizia Protágoras. Infere-se disso que o homem individualmente tem poder sobre a língua, o que é uma ideia totalmente repudiada por Saussure desde o estabelecimento da dicotomia língua e fala quando, ao escolher a língua como objeto de estudo da linguística e caracterizá-la como social em detrimento da fala que é individual, o linguista exclui o que é particular dos estudos linguísticos.

A comprovação desta concepção está, por exemplo, na dicotomia mutabilidade e imutabilidade na qual percebemos que a língua é inalterável no que diz respeito ao poder do falante de modificá-la, não sendo, porém, intangível já que a massa falante e o tempo são “agentes duplos” por serem fatores de mutabilidade e imutabilidade assim como a própria arbitrariedade. Deste modo, a língua pode ser transformada sem que ninguém a transforme, segundo expressam os organizadores do *Curso de Linguística Geral* em nota. Portanto, a influência do falante na língua é um ponto de divergência entre o pensamento sofisticado e saussuriano.

No que diz respeito ao mentalismo aristotélico, podemos dizer que os pensamentos aristotélicos e saussurianos convergem quanto ao descrédito em verdades estabelecidas pelo homem considerado como medida para as coisas, como acreditavam os sofistas. Nesta mesma ambiência de pensamentos convergentes, é possível colocar ainda a concepção ternária da relação linguagem e mundo, embora os elementos envolvidos em cada tríade sejam diversos.

Sabemos que Aristóteles substituiu em sua teoria a díade platônica linguagem-mundo pela tríade linguagem-disposições da alma-real. Saussure, por seu turno, ao explicar que a língua não é uma simples nomenclatura, esclarece, como vimos no subtópico anterior, que só aparentemente há dois elementos em questão, signo e referente, pois a constituição do signo é dupla, significante e significado. Logo, torna-se possível falar em uma tríade saussuriana.

Note-se ainda que a tríade aristotélica possui um elemento intermediário

entre a linguagem e o mundo, as disposições da alma. Embora não exista em Saussure uma configuração triádica com elementos equivalentes aos aristotélicos, ou mesmo um elemento explicitamente intermediário, tendo em vista a constituição dupla do signo, não se pode reduzir a teoria saussuriana a uma simples díade com características de nomenclatura, pois isto seria desconsiderar a real configuração do signo na teoria do fundador da linguística, enquanto aquele que sistematizou os estudos feitos sobre a linguagem, além de nortear amplamente os pensadores vindouros.

Prosseguindo na comparação dos estudos em questão, observamos uma divergência na consideração de que há fatores mentais preexistentes à língua. Como vimos, Aristóteles acreditava que a voz era um símbolo das disposições da alma, que por sua vez são apreensões mentais que reproduzem o real por semelhança, de forma que a linguagem seria a representação de uma representação que lhe é preexistente, já que se supõe o simbolizado como algo anterior ao símbolo que lhe expressa.

Tal como é perceptível na teoria do valor, “não existem idéias preestabelecidas, e nada é distinto antes do aparecimento da língua” (SAUSSURE, 2006, p. 130). Logo, segundo o linguista genebrino, não seria cabível a teoria que coloca a língua como símbolo de algo, pois para isto precisaria ser-lhe posterior, o que implicaria a preexistência do que é expresso na língua. Saussure pretere esta ideia, colocando a língua em um território intermediário entre o pensamento e som, fazendo subdivisões contíguas marcadas simultaneamente nos planos amorfos do pensamento e do som, não havendo, por isso, uma representação do pensamento pela língua. Desta forma, a “voz” não poderia ser um símbolo das disposições da alma.

Concluimos, ao relacionar os estudos de Saussure sobre arbitrariedade aos três pontos de vista gregos em questão, que o linguista acaba divergindo, no essencial, de todos eles.

Considerações finais

Com a apresentação das perspectivas citadas, podemos afirmar que o vínculo que expõe a relação entre a linguagem e o mundo não é simples. As ideias de Saussure acerca da arbitrariedade certamente desfazem qualquer engano a este respeito, determinando que a língua difere radicalmente de uma nomenclatura. As análises do linguista estão distantes de fatores externos, em virtude da autonomia do sistema linguístico, baseada, segundo Neves (1997), no caráter arbitrário do signo. Entretanto, não postulamos com isso que as demais

perspectivas sejam simples nomenclaturas, posto que nenhuma delas admite o reducionismo de dizer que a língua é um conjunto de nomes correspondentes as coisas.

As reflexões platônicas, no sentido de fugir de tal reducionismo, embora mantenham as relações biunívocas entre nomes e coisas, não tratam de uma correspondência entre a linguagem e o real relativo ao mundo sensível. Lembremo-nos que o carpinteiro, para fazer uma nova lançadeira, tem em mente uma lançadeira essencial que habita o mundo inteligível.

Aristóteles, por seu turno, além de nos dar a interessante teoria que mostra uma perspectiva triádica na relação linguagem e mundo, recusando a díade constituída por um real duplicado, expressa um tipo bem específico de defesa da convenção ao desconsiderar qualquer relativismo sofisticado que, por seu turno, também propõe reflexões interessantes ao incluir o sujeito na determinação dos sentidos.

Certamente, este estudo não abrange o diálogo *Crátilo* ou o pensamento aristotélico nas suas inteirezas, além de não esgotar as postulações de Saussure sobre a arbitrariedade. Outros pontos, como as discussões funcionalistas sobre a iconicidade, princípio funcionalista contrário à arbitrariedade, ou o desenvolvimento do raciocínio de Crátilo no diálogo platônico, constituem interessantes assuntos para abordagens posteriores. Contudo, diante do objetivo de apresentar os principais olhares que trataram da relação entre o nome e a coisa nomeada até o início do século passado, bastam os apontamentos feitos até aqui.

Referências

- AQUINO, São Tomás. *Condensado do comentário de São Tomás de Aquino ao De Interpretatione*. Disponível em: http://documentacatholicaomnia.eu/03d/12251274,_Thomas_Aquinas,_Aristotelis_Libri_in_Libros_Perihermeneias,_PT.pdf. Acesso em: 13 de fev. de 2013.
- ARISTÓTELES. *De Interpretatione*. Disponível em: http://www.ifcs.ufrj.br/~fsantor/ousia/traducao_deinterpretatione.htm. Acesso em: 12 de fev. de 2013.
- AUROUX, Sylvain. *Filosofia da linguagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CÂMARA Jr., J. M. *História da lingüística*. Trad. De Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis: Ed. Vozes, 1975.
- CEZARIO, M. M; COSTA, M. A. & FURTADO DA CUNHA, M. A. Pressu-

- postos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; RIOS DE OLIVEIRA, M.; MARTELOTTA, M. E. (orgs.). *Linguística funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003, p. 29 – 55.
- COSTA, Marcos Antonio. Estruturalismo. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009, p. 113-126.
- ESPÍNDOLA, Lucienne. Pragmática da língua portuguesa. In: ALDRIGUE, Ana C. de Souza; LEITE, Jan Edson Rodrigues (orgs.). *Linguagens: usos e reflexões*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2010, Vol. 6, p.27-31.
- FREGE, Gottlob. Sobre sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix/USP, 1978, p. 59-86.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. Conceitos de gramática. In: _____. *Manual de lingüística*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009, p. 43-70.
- MARTINS, Helena. Três caminhos da Filosofia da linguagem. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. *Introdução à lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004, Vol. 3, p. 439-473.
- MATOS, Denilson Pereira de; BRITO, Amanda de Souza. A visão Saussuriana da linguagem: a partir das análises de Mattoso Câmara (1975). *Confluência*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna/Liceu Literário Português, v. 37/38, 2010, p. 163-174.
- MATOS, Denilson Pereira de; BRITO, Amanda de Souza, VANDERLEI, Delma de Melo. Interfaces entre o pensamento filosófico e linguístico: algumas reflexões teóricas sobre o objeto de estudo da linguística. *Acta Scientiarum: language and culture*. Maringá, 2012, p. 199-206. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/viewFile/15642/pdf>. Acesso em: 02 de mar. 2014.
- MATOS, Denilson Pereira de; BRITO, Amanda de Souza, SAÚDE, Conceição de M. Costa. A teoria saussuriana e sociolinguística: reflexões sobre a Libras. In: SIMÕES, Darcília (Org.). *Linguagens, códigos e tecnologias: estudos e aplicações*. 1ªed. Rio de Janeiro: Dialogarts, v. 1, 2012, p. 1031-1042.
- MEDEIROS, João Bosco. *Português instrumental*. 6. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MIGUENS, Sofia. *Filosofia da linguagem: uma introdução*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.
- NEVES, Maria Helena de Moura. Gramática Funcional e cognitivismo. In: _____. *A Gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997, p. 99-112.
- PLATÃO. *Crátilo*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- _____. *A República*. Trad. de Maria Helena da Rocha Pereira. 9ª ed. Lisboa:

Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de lingüística geral*. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.

WILSON, V.; MARTELOTTA, M. E. Arbitrariedade e iconicidade. In: MARTELOTTA, M. E. (Org.). *Manual de lingüística*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009, p. 71-85.

Recebido em 20 de março de 2015.

Aceito em 5 de maio de 2015.